

Mantido veto à semana inglesa

D.F. - Comércio

Em sessão tumultuada, a Câmara confirma a decisão de Roriz por 14 votos contra 10

João Carlos Henrique

O veto do governador Joaquim Roriz ao projeto da semana inglesa, de autoria do deputado Cláudio Monteiro (PRP), foi mantido ontem pela Câmara Legislativa. A sessão foi tumultuada e durou mais de quatro horas. Dos 24 deputados, 14 votaram pela manutenção do veto e dez pela sua derrubada. O voto foi secreto, mas alguns deputados favoráveis à derrubada votaram em aberto.

Os jornalistas que fizeram a cobertura da sessão apuraram que votaram pela manutenção do veto os deputados Aroldo Satake (PDS), Fernando Naves (PDC), Gilson Araújo (PTR), Jorge Cauhy (PL), José Edmar Cordeiro (PSL), José Ornellas (PL), Manoel Andrade (PTR), Maria de Lourdes Abadia (PSDB), Salviano Guimarães (PFL), Tadeu Roriz, Maurílio Silva (PTR) e a bancada do PDT integrada pelos deputados Benício Tavares, Padre Jonas e Edmar Pirineus.

Pela derrubada do veto votaram a bancada do PT, PCB, PC do B e os deputados Cláudio Monteiro (PRP), Peniel Pacheco (PST) e Rose Mary Miranda (PTR). A surpresa, segundo os comerciantes que assistiam à votação, ficou com o PDT. O presidente do Sindicato dos Comerciantes, Raimundo Neves, que é filiado ao PDT, disse que ele e toda a diretoria do seu sindicato vão se desfiliar desse partido. "Tenho vergonha de dizer que já pertenci ao PDT", desabafou Neves, comparando o comportamento da bancada pedetista com a dos "deputados da direita".

Antes da votação, durante as discussões do veto, apenas um deputado manifestou-se publicamente pela manutenção do veto. Manoel Andrade (PTR), o Manoelzinho, defendeu um acordo firmado por 13 deputados, segundo o qual, logo após a manutenção do veto, seria apresentado um projeto alternativo. Foi vaiado por cerca de 300 comerciantes que lotavam as galerias da Câmara.

Quando o presidente Salviano Guimarães (PFL) anunciou o início da votação secreta, o deputado Geraldo Magela (PT) propôs que a sessão fosse interrompida por meia hora. Magela disse que tinha um projeto também alternativo para negociar com os demais deputados e, se fosse necessário, com o Palácio do Buriti.

A sessão foi interrompida e as negociações começaram. Meia hora depois a sessão recomeçou. Magela não conseguiu persuadir os demais. Durante a votação os petistas Magela, Euripedes Camargo, Lúcia Carvalho, Wasny de Roure e Pedro Celso votaram em aberto. Cláudio Monteiro e Peniel Pacheco também repetiam esse gesto.

Quando o presidente da Câmara anunciou o resultado, os comerciantes começaram a vaiar e gritar palavras de ordem. O clima ficou tenso, pois alguns comerciantes mais exaltados batiam nos vidros que separam o plenário das galerias. Raimundo Neves e alguns deputados correram para as galerias e conseguiram acalmar, parcialmente, os ânimos. Os deputados que votaram pela manutenção do veto só deixaram o plenário depois que os comerciantes se retiraram.



Valdir Messias

Comerciantes que lotaram a galeria reagiram com vaias à manutenção do veto à semana inglesa. A votação foi secreta

Márcio Batista 16.12.90



Carlos Alberto, Maurílio e Monteiro defendem suas posições

Crianças usadas para claque

O tumulto da discussão da semana inglesa começou antes do início da sessão. Um grupo de aproximadamente 100 adolescentes vestindo camisetas com dizeres contrários à semana inglesa provocou o grupo de comerciantes que chegava ao prédio da Câmara Legislativa. O deputado Cláudio Monteiro assegurou que eram rapazes contratados "aleatoriamente" pelos empresários do comércio, conforme informações chegadas por ele no próprio local.

O presidente do Sindicato dos Comerciantes, Raimundo Neves, disse ter informações que eram "crianças contratadas pelo Clube dos Diretores Lojistas". Quando a sessão plenária começou, o deputa-

do Wasny de Roure (PT) denunciou o "aliciamento de crianças".

Alguns deputados, com apoio inclusive de Jorge Cauhy (PL), o maior opositor da semana inglesa, telefonaram para o Juizado de Menores denunciando a presença dos "meninos". Lúcia Carvalho, líder do PT, sustentou que a presença dos menores contrariava o Estatuto da Criança e do Adolescente. Peniel Pacheco (PST) considerou o fato da "maior gravidade".

Ninguém assumiu a presença dos menores. Eles chegaram na Câmara em ônibus da Presmic Turismo. Logo que desceram dos ônibus fizeram uma longa fila em frente a uma carrocinha de cachorro quente. C. H.)

Pressão desta vez foi inútil

A pressão das galerias, repletas de comerciantes, não foi suficiente para reverter o quadro favorável à manutenção do veto. Os deputados demonstraram que estão ficando esgotados em se defender dos lobbies, ao contrário do que aconteceu quando da votação do projeto da semana inglesa, no dia 1º de abril, quando todos os 22 distritais presentes à sessão votaram pela sua aprovação, inclusive os que haviam se manifestado contra a semana inglesa.

Nesse dia, até o deputado Jorge Cauhy (PL), que sempre se posicionou radicalmente contra o horário inglês, cedeu à pressão dos comerciantes. "Sou radicalmente contra a semana inglesa", afirmou Cauhy, na ocasião, para os jornalistas, pouco antes da sessão começar. Ele chegou a gravar uma entrevista para a Rede Globo afirmando a sua posição.

No dia seguinte a Câmara aprovou, em segundo turno, o projeto. Apenas o deputado Aroldo Satake (PDS) votou contra a semana inglesa. O governador vetou, na íntegra, o projeto no dia 25 de abril. Logo depois, Roriz reuniu-se com 17 deputados e iniciou as articulações com vistas à elaboração do projeto alternativo. (J.C.H.)

Câmara já tem um novo projeto

O líder do governo, Maurílio Silva (PTR), apresentou ontem, logo após a manutenção do veto do projeto da semana inglesa, um projeto alternativo dispondo sobre o horário de funcionamento do comércio. Esse projeto é fruto de um acordo entre 13 deputados. Segundo o artigo 67 da Constituição, só é possível a apresentação de matéria constante em projeto de lei rejeitado se for subscrito pela maioria absoluta da Câmara. No caso, 13 deputados teriam que assinar o projeto. Na cópia distribuída à imprensa, contudo, só constavam 12 assinaturas de deputados.

De acordo com esse projeto, o horário de funcionamento do comércio ficará da seguinte forma: de terça a sexta-feira, das 8 às 22 horas; aos sábados, das 8 às 18 horas e nas segundas-feiras entre as 10 e as 22 horas. Segundo o presidente da Câmara, Salviano Guimarães (PFL), poderão ser feitas ainda algumas modificações.

É provável que uma delas, a ser negociada com as bancadas do PT, PCB e PC do B, seja que nas segundas-feiras o comércio comece a funcionar a partir do meio-dia.

O artigo 2º desse projeto prevê o funcionamento dos estabelecimentos localizados no aeroporto e nas estações ferroviárias com horário livre. (J.C.H.)

Comerciantes elogiam votação

A manutenção do veto do governador Joaquim Roriz pela Câmara Legislativa foi recebida pelos representantes do comércio varejista, shoppings e supermercados como uma iniciativa "sensata e de bom-senso". O presidente da Associação de Supermercados de Brasília, Edson Tomaz, reconheceu que o resultado da votação partiu de um esforço dos empresários que pretendiam promover a elaboração de um projeto viável, capaz de satisfazer aos trabalhadores sem prejudicar o comércio. "Era importante resolver isso com rapidez porque todos os setores estavam desgastados", afirmou.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Ney Carneiro, disse que os parlamentares compreenderam uma necessidade da população de Brasília. "Acho apenas que a partir de agora o Sindicato dos Comerciantes deve exigir seus direitos através do cumprimento dos dispositivos legais".

O presidente do Clube de Diretores Lojistas, Sérgio Viotti, elogiou a postura da Câmara Legislativa e destacou que a grande importância da manutenção do veto é refletida no momento de crise pelo qual passa o comércio de Brasília. "Os deputados perceberam que a sociedade não queria isso", concluiu. (Fabiana Fernandes)